



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



1 **Ata nº 03/2022.** Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às nove
2 horas, foi realizada a reunião ordinária do COMDEMA, na sala de reuniões da
3 Casa dos Conselhos, no prédio do Centro Administrativo Municipal – CAM. A
4 Secretária de Meio Ambiente, Magda Adriana Lozinski, abriu os trabalhos da
5 reunião, tendo em vista a formação de quórum, e seguindo a pauta, iniciou
6 colocando a ata da reunião de janeiro para avaliação e aprovação, sendo
7 aprovada sem ressalvas. Diana sugeriu solicitar à Prefeitura um funcionário para
8 acompanhar e redigir as atas e documentação do CONDEMA, assim como
9 ocorre em outros Conselhos, não sobrecarregando os conselheiros em suas
10 atividades. Magda acatou e até sugeriu a disponibilização de um estagiário para
11 realizar essas atividades. Magda deu prosseguimento com a leitura do Ofício
12 83/2022, enviado pela Secretaria de Meio Ambiente, sobre APP; considerando
13 a CT do COMDEMA em trabalho conjunto com o CONDIR na formulação de
14 regras e legislação sobre APP na área urbana do município de Irati, devido
15 alteração da lei federal que rege o tema; pois nas reuniões, deparou-se com a
16 necessidade de levantamento da realidade do que existe nas faixas de APP de
17 trinta metros e confrontá-los com os demais planos municipais, levantando em
18 campo o que existe atualmente. Dessa necessidade, considerou-se utilizar os
19 recursos do Fundo do Meio Ambiente para realização deste trabalho. Magda
20 realizou a leitura do ofício, e comentou a intenção de trazer os orçamentos, mas
21 não conseguiu devido ao não lançamento de edital para tal. Comentou o pedido
22 de retirada de pauta da avaliação do ofício devido à falta dos orçamentos.
23 Informou a necessidade desse trabalho para pautar os trabalhos da comissão.
24 Ângelo comentou que o mapeamento seria um raio-x do município na questão
25 da APP, e que fornecerá subsídios para as ações que deverão ser tomadas,
26 considerando os aspectos sociais e ambientais. Diana comentou sobre a
27 legislação para produtores de água, sendo esta rural; que deve ser enquadrado
28 estas questões na área urbana, em especial na retenção de nascentes,
29 possibilitando a diminuição de enchentes. Carla comentou sobre o mesmo
30 problema em um loteamento que apresenta problema semelhante. Ângelo falou
31 da alteração da lei sobre as áreas consolidadas; os Conselhos devem avaliar
32 com atenção a definição dessas áreas para evitar problemas futuros. Carla
33 comentou sobre locais que podem realizar modificações / reformas em áreas já
34 existentes e que estas brechas não poderão ser contempladas na nova
35 legislação. Magda fala que a nova legislação vem considerar a regulamentação
36 das áreas consolidadas; no município de Irati essa questão é complexa pela área
37 urbana ser disposta entre diversos cursos hídricos; uma questão importante é a
38 definição de área consolidada; por isso a necessidade do diagnóstico para
39 avaliação da realidade. Daniele comentou sobre a recomposição da área em
40 outra área na mesma bacia; Magda explicou que esta situação ainda não está
41 contemplada. Diana falou que algumas cidades já possuem um trabalho mais
42 avançado nesta formulação e que podem ser utilizados como norte para esta
43 avaliação. Vanderlei comentou que na formulação desta lei não deve considerar
44 o abrandamento já existente nas leis federais. Magda citou a compensação, em



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



45 especial no município de Irati, que seria mais fácil compensar em áreas rurais;
46 já na área urbana seria uma condição mais complicada; também sobre as
47 condições de considerar o que é área consolidada, João considerou que o
48 problema levantado na avaliação desta lei é não somente de importância do
49 COMDEMA, devendo também em conjunto com os demais interessados, ser
50 discutido e avaliado, não restando apenas a este Conselho o peso desse
51 trabalho. Vânia comentou sobre apresentar ao COMDEMA o edital para este
52 trabalho antes de seu lançamento, para avaliação do que está sendo pedido e
53 se contempla o que é necessário. Magda comentou também sobre a proposta,
54 assim como outros planos, que a CT crie um pré-plano da legislação para abrir
55 a discussão junto à população, semelhante a Audiência Pública. Carla propôs
56 solicitar o ambiente da Câmara de Vereadores, e realizar as discussões de forma
57 on-line, propiciando a apreciação da população e dando publicidade ao ato. João
58 comentou que pode verificar com outros setores públicos interessados a
59 viabilizar o pagamento do levantamento, para o COMDEMA não arcar com a
60 totalidade do levantamento, e que a CT trará informações necessárias ao
61 Conselho, para aprovar ou reprovar a proposta de lei. Ângelo comentou que o
62 valor destinado ao Fundo do Meio Ambiente é para viabilizar estas propostas; e
63 que não é possível legalmente, outras fontes de recursos de setores privados.
64 Carla comentou que o Conselho se pautará na base legal no estudo deste
65 trabalho, e deixar claras as condições para evitar questionamentos futuros.
66 Vanderlei sugeriu convidar o pessoal da FLONA para participar do Conselho e
67 das discussões. Ângelo salientou que em relação a CT, tudo será passado na
68 íntegra para o Conselho assinar, apresentado todos os itens e condições da
69 proposta, bem como a avaliação de futuros projetos que impactem no meio
70 ambiente, para aval do Conselho. Carla falou em utilizar as ferramentas de
71 conversa como o “Whats” para difusão da informação e discussão entre os
72 integrantes do Conselho. Maurício (IDR) questionou sobre qual o prazo para
73 realização deste estudo, e Magda diz que não há prazo determinado e que o
74 estudo vai viabilizar a avaliação da realidade e da construção das condições da
75 futura legislação. Ângelo comentou que isso deve ser tratado de forma muito
76 profunda, pois a legislação envolverá também condições sociais, que abrangem
77 a tomada de decisão de outras esferas e não apenas do Conselho. Carla propôs
78 avançar na proposta. Terezinha Veres informou sobre a liberação de recursos
79 para a prefeitura e que parte dos recursos será disponibilizada para construção
80 de casas, em imóveis já pertencentes à prefeitura. Carla comentou sobre
81 exigências de documentação para participar do projeto, como no loteamento
82 Professor Lico, e que muitas pessoas de fora estão solicitando estes recursos;
83 diz que considera importante viabilizar inicialmente para pessoas residentes em
84 Irati, beneficiando o pessoal mais necessitado. Terezinha comentou que os
85 imóveis a construir são para pessoas em vulnerabilidade social, e que não serão
86 doados, mas terá alguma proposta de pagamento ou compensação do uso do
87 recurso. Carla comentou que parte da fiscalização da utilização deste recurso
88 cabe à Câmara de Vereadores. Magda alertou para sempre formalizar qualquer



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



89 questionamento. Carla pediu para prosseguir aos temas da pauta, sendo
90 abordado o ofício de resposta ao ofício da ACIAI enviado ao COMDEMA,
91 solicitando a ampliação da área de dragagem do rio das Antas. Magda leu a
92 resposta ao ofício solicitado, comentando a não possibilidade momentânea de
93 atendimento ou solicitado devido à falta de outorga para realização de tal serviço
94 fora da área inicialmente proposta, e que há a necessidade de estudos técnicos
95 dentro da área solicitada, para solicitação de nova outorga, já solicitados à área
96 administrativa da Prefeitura. Carla seguiu a pauta, passando para o
97 conhecimento do Ofício 88/2022 do MPPR, sobre arquivamento de inquérito civil.
98 Magda realizou a leitura dos itens relevantes do ofício, resumindo que o processo
99 questionava a realização de uma construção de imóvel dentro de área de
100 preservação, sem documentação legal. A promotora Gabriela pediu a palavra
101 para expor o tema; diz que a referida construção foi a que restou no local, sendo
102 as demais demolidas; citou algumas petições e orientações no documento,
103 solicitando a demolição do imóvel; que a parte interessada entrou com
104 judicialização do pedido para impugnação da devolução. A Dra. Gabriela
105 apresentou as condições solicitadas nos autos, e que o processo está em fase
106 de contestação e tende a ser longo. Carla e Angelo comentam a existência de
107 novas construções próximas ao local questionado, em condições semelhantes.
108 A Dra. Gabriela comentou que o MP entrou no processo já em andamento e que
109 o processo já estava instruído, com diversos laudos ambientais; foram
110 produzidas novas provas, mas devido aos requisitos temporais de produção de
111 provas, não houve êxito nessas ações; apresenta o receio nas questões de
112 novas legislações sobre influências de terceiros em locais já consolidados;
113 entende também que com a entrada do processo judicial não há viabilidade de
114 prosseguir o inquérito civil, devido a tomada de decisão estar a critério da esfera
115 judicial. Jussara comentou sobre as decisões das áreas próximas, como um
116 novo loteamento próximo – loteamento Gomes. João comentou sobre critérios
117 para construção na nova legislação para APP consolidar ou não áreas ou
118 imóveis em condições semelhantes. Dra. Gabriela comentou sobre mais
119 algumas questões do processo, como alegações, notificações e documentações
120 apresentadas, tanto pela Prefeitura quanto pela parte interessada; falou sobre a
121 questão de pessoas de fora buscarem benefícios, como no tema da habitação
122 tratado anteriormente, apresentando exemplos de processos em que já
123 vivenciou. IDR questionou se o município de Irati possui condições de realizar
124 ações preventivas de fiscalização, para evitar problemas assim. Carla comentou
125 que se devem evitar brechas na nova legislação. Angelo comentou que se
126 houvesse fiscalização rígida, muitos processos solicitados ao MP não seriam
127 necessários. Jussara comentou sobre a responsabilidade da prefeitura em
128 fiscalizar após a concessão de alvará. Dra. Gabriela apresentou a solicitação de
129 embargos de construção à obra do processo em questão; documentação do
130 Conselho de Meio Ambiente solicitando fiscalização; resposta do IAT via ofício
131 sobre as condições do local. Angelo perguntou se a interessada pode se
132 beneficiar da nova legislação ambiental na questão de áreas consolidadas para



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



133 questionar o processo; Dra. Gabriela comenta que não pode ser possível por
134 estar em curso uma ação judicial, discutida também em esfera administrativa, e
135 que não houve a posse regular do imóvel; isto em seu entendimento e para este
136 caso. Carla seguiu o tema na discussão da lei de regulamentação dos agentes
137 de reciclagem. Comentou que a lei já foi aprovada e colocou em aberta a
138 discussão sobre o assunto. Magda comentou que a lei visa regulamentar a coleta
139 seletiva; que a lei não proíbe ninguém de realizar tal atividade, mas sim ordenar
140 e regulamentar a atividade. Que o itinerário da Cooperativa deve ser mantido e
141 que os demais interessados não devem interferir no itinerário. Carla comentou
142 sobre alguns problemas de coleta, por pessoas que selecionam o material.
143 Magda comentou que essas pessoas não são da associação cooperativa; que o
144 serviço nas áreas centrais é realizado regularmente e em horário determinado.
145 Carla comentou que isso ocorre efetivamente, e Magda cita o artigo 4º, muito
146 questionado por diversas esferas, sobre os coletores individuais; que
147 muitos realizam a coleta de material e levam para suas casas. Comentou que
148 seria interessante estes coletores se associarem ou se vincularem ao
149 responsável pela compra do material, garantindo segurança aos coletores; que
150 a prefeitura não quer prejudicar ninguém, apenas ordenar as ações de coleta de
151 recicláveis antes de qualquer problema maior. Jussara comentou o
152 questionamento de uma pessoa que possui MEI, de não poder realizar a coleta.
153 Magda comentou a respeito das condições de regularização, apresentando
154 exemplo de outras empresas que realizam coleta, informando a necessidade de
155 apresentar o itinerário de coleta para a Secretaria. Angelo comentou sobre o
156 subsídio da prefeitura para com a Associação Cooperativa. Magda fala que a
157 legislação federal 12305/2010 pede que sejam fomentadas ações pelo poder
158 público para com associações cooperativas, considerando as questões sociais
159 e econômicas pertinentes à atividade. São duas associações que recebem o
160 subsídio na forma de fornecimento de caminhões e barracão. Que os demais
161 não possuem, por serem empresas particulares. Angelo comenta sobre a
162 necessidade da construção de uma central de recebimento de resíduos,
163 registrando os interessados em coletar; e realizar fiscalização nas condições não
164 atendidas. Magda fala que as associações e cooperativa estão abertas a receber
165 cooperados. Jussara comentou acerca da inexistência de vagas em uma das
166 cooperativas. Magda comentou que alguns não querem se cooperar, por
167 condições de localização das empresas. Carla exemplificou uma situação de um
168 acumulador de material em determinado local da cidade, apresentando
169 problemas como a proliferação de insetos. Vânia sugeriu verificar acerca da
170 situação de lixeiras em frente ao restaurante Maxims, nas proximidades da BR
171 277; solicitou ampliar a capacidade das mesmas, bem como, a indicação da
172 separação dos tipos de lixo. Magda comentou que as lixeiras estão em área de
173 domínio do DNIT e é necessário autorização para procedimentos; as lixeiras
174 foram instaladas pela concessionária de rodovias e que a coleta desse local era
175 atendida quando o município se utilizava do aterro sanitário, e hoje o local não
176 está contemplado na área licitada de coleta de lixo orgânico, contemplando



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



177 apenas o quadro urbano, e que há estudos de ampliação da área de coleta, bem
178 como o estabelecimento de critérios de cobrança pelo serviço; há também a
179 formulação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Angelo comentou
180 que situações problemáticas quanto ao armazenamento de resíduos devem ser
181 encaminhadas à vigilância sanitária. Carla comentou que foi informada pela
182 vigilância sobre não haver pessoal para fiscalização. Vanderlei sugere que na
183 realização de concurso público, haja definição de vagas para agente fiscalizador.
184 Angelo comentou acerca do percentual de recursos destinados à área da saúde,
185 que deve ser destinado efetivamente para fiscalização. Carla comentou que já
186 realizou a cobrança sobre esse assunto pelo Conselho de Saúde e que a
187 resposta é não haver pessoal. Vanderlei comentou sobre a dragagem, sendo
188 retirados os resíduos das áreas centrais e deslocados para área de
189 amortecimento na área da FLONA. Magda reiterou acerca deste assunto, que
190 os estudos já estão sendo realizados, sobre o questionamento da ACIAI, sobre
191 a resposta a ser encaminhada. Vanderlei comentou também sobre a instalação
192 de penitenciária no município, havendo a possibilidade de problemas sociais e
193 de segurança. Carla comentou acerca de reunião que participou sobre a
194 discussão da instalação; comenta que foi questionada por não acatar a
195 instalação; vê que não seria uma questão de ampliação de empregos por já
196 virem direcionadas pessoas para as vagas criadas; vê também a possibilidade
197 de diversos problemas sociais e de segurança serem ampliados devido à falta
198 de condições estruturais em algumas áreas, como a segurança pública.
199 Apresentou diversos exemplos de problemas e condições já vivenciadas.
200 Maurício (IDR) comentou sobre o empenho da comunidade em defender a
201 penitenciária e não defender com mesmo afinco instituições como a Unicentro e
202 o IFPR. Daniele comentou sobre a falta de apoio para com instituições como a
203 Unicentro no desenvolvimento de projetos, em especial em Irati. Maurício
204 comentou acerca da difusão de informações a respeito da coleta de resíduos,
205 como horário e itinerário. Magda comentou que este tema é o principal
206 questionamento; que o problema maior é com a questão da coleta por
207 particulares, que não tem itinerário definido. Jussara reiterou a possibilidade de
208 instalar uma central de recebimento. Maurício reiterou a necessidade de
209 fiscalização da coleta. Magda ressaltou a necessidade de controle das empresas
210 e fiscalização do itinerário; comentou ainda que há prazo para regularização
211 documental pelas empresas a partir de 9 de março; e que a fiscalização será
212 realizada pela Guarda Municipal. Maurício questionou a situação das lixeiras de
213 ruas e também das disponibilizadas na BR 277; que não há critérios para
214 disponibilização/separação do lixo. Magda apresentou o fluxo de coleta em
215 algumas ruas centrais da cidade, com diversas coletas diárias, seja de lixo
216 reciclável ou de resíduo orgânico. Teresinha questionou se a Guarda Municipal
217 não poderia realizar um dia de conscientização e sensibilização sobre a
218 disponibilização correta do lixo nas ruas principais, em especial junto ao
219 comércio. Magda comentou que já foi oficiado a ACIAI a respeito da situação,
220 informando horários e pedindo a colaboração. Teresinha comentou que mesmo



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE – COMDEMA
IRATI – PARANÁ**



221 sendo associada, não recebeu informações a respeito. Carla sugere oficialiar a
222 ACIAI a respeito; Magda reiterou a necessidade de informar as condições de
223 coleta. Teresinha comentou ainda, que após essa oficialização, sejam realizadas
224 ações de sensibilização pela Guarda Municipal. Sem mais assuntos a tratar, a
225 presidente Carla agradeceu a presença de todos, em especial a Dra. Gabriela,
226 dispondo o Conselho do que necessário, e finalizou a reunião. Eu, José Osvaldo
227 Kozlinski, redigi a presente ata, que segue assinada por mim, pela presidente, e
228 os demais conselheiros assinaram a lista de presença.